

III CONFERÊNCIAS
& DEBATES
INTERDISCIPLINARES

PSIQUIATRIA SOCIAL E CULTURAL

DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIA

MANUEL JOÃO RODRIGUES QUARTILHO
COORDENAÇÃO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Manuel João Rodrigues Quartilho é Professor Auxiliar da Faculdade de Medicina de Coimbra e Assistente Hospitalar Graduado do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC)

3

||| CONFERÊNCIAS
& DEBATES
INTERDISCIPLINARES

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA

Margarida Albino

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRINT BY

KDP

ISSN

2183-1610

ISBN

978-989-26-1927-9

ISBN DIGITAL

978-989-26-1928-6

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1928-6>

© JUNHO 2020, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

QUARTILHO, Manuel João Rodrigues, 1957-
Psiquiatria social e cultural : diálogos e
convergência. – (Documentos)
ISBN 978-989-26-1840-1 (ed. impressa)
ISBN 978-989-26-1841-8 (ed. eletrónica)
CDU 616

III CONFERÊNCIAS
& DEBATES
INTERDISCIPLINARES

PSIQUIATRIA SOCIAL E CULTURAL

DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIA

MANUEL JOÃO RODRIGUES QUARTILHO
COORDENAÇÃO

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

1. Universidade e comunidade <i>Manuel João R. Quartilho</i>	17
2. Epidemiologia dos comportamentos suicidários — dos números às dimensões sociais e culturais <i>Francisco Alte da Veiga</i>	59
3. Suicídio e as suas fronteiras <i>Carlos Braz Saraiva</i>	75
4. Mecanismos de interação gene-ambiente e doença mental <i>António Ferreira de Macedo</i>	101
5. História da psiquiatria em Portugal <i>José Morgado Pereira</i>	133
6. O estigma em psiquiatria <i>José Morgado Pereira</i>	157
7. Saúde mental pública <i>Vítor Santos</i>	179
8. Somatização e idiomas culturais de mal-estar somático <i>Manuel João R. Quartilho</i>	203

9.	A afirmação de uma visão terapêutica da sexualidade nos <i>media</i> portugueses após a Revolução dos Cravos <i>Isabel Freire</i>	241
10.	Qualidade de vida em contextos de saúde: conceptualização, avaliação e aplicações <i>Marco Pereira, Neuza Silva</i>	265
11.	Pesquisa biográfica colaborativa: desafios e contributos de um projeto com imigrantes em Portugal <i>Elsa Lechner</i>	295
12.	Memória, modo de usar. Breve viagem ao admirável mundo novo da neurociência contemporânea <i>Luís Quintais</i>	329
13.	O sujeito na psicose e na cultura: da estranheza da experiência à ética da hospitalidade <i>Tiago Pires Marques</i>	339
14.	Desautorizando a psiquiatria: ativismos, políticas de saúde e a saúde como um ato político <i>Rita Alcaire</i>	357
15.	A importância social da felicidade <i>Ana Roque Dantas</i>	379
16.	Os cuidados familiares à luz da teoria da ambivalência sociológica: «Os dois lados da moeda» <i>Ana Paula Gil</i>	399

17. Desigualdade, precariedade e abandono: tendências recentes e respostas políticas necessárias	
<i>Renato Miguel do Carmo</i>	421
18. Colocando a saúde no lugar — o planejamento urbano e as determinantes sociais da saúde	
<i>Helena Nogueira</i>	433
19. A multidimensionalidade da saúde e da doença e a (sempre renovada) pertinência do olhar sociológico	
<i>Amélia Augusto</i>	459
20. Trajetórias migratórias e saúde mental. O contexto como diagnóstico médico, o diagnóstico médico como contexto para a integração social	
Pedro Góis	479
21. O trauma psicológico depois das crises, desastres e catástrofes	
<i>Luísa Sales</i>	499
22. Violência	
<i>João Monteiro-Ferreira</i>	517
23. Guerra e saúde mental	
<i>João Monteiro-Ferreira</i>	545
24. Sofrimento, religião e sentido	
<i>Anselmo Borges</i>	567
25. Saúde global, sofrimento global	
<i>Manuel João R. Quartilho</i>	587
Coordenador	629

(Página deixada propositadamente em branco)

**9. A AFIRMAÇÃO DE UMA VISÃO TERAPÊUTICA
DA SEXUALIDADE NOS *MEDIA* PORTUGUESES
APÓS A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS**

**THE AFFIRMATION OF A THERAPEUTIC VISION
OF SEXUALITY IN THE PORTUGUESE PRESS,
AFTER THE CARNATION REVOLUTION**

Isabel Freire

ORCID: 0000-0003-0173-6637

RESUMO

Este capítulo contribui para a reflexão sobre a história da sexologia (e da sexualidade) em Portugal, no período de transição do Estado Novo para a democracia. Que interesse revelam os *media* portugueses, após o 25 de abril de 1974, pela divulgação de uma visão terapêutica da sexualidade? Assumidamente envolvida na luta pela emancipação da mulher, a revista *Modas & Bordados* (suplemento do jornal *O Século*) é pioneira no agendamento das questões relacionadas com o direito ao bem-estar e à saúde sexual e reprodutiva no pós-revolução dos Cravos. Em 1975, os problemas e disfunções sexuais assumem grande destaque na revista. Defende-se que podem e devem ser tratados por médicos (ginecologistas e urologistas), por psicólogos ou de forma combinada. A figura do terapeuta sexual é então designada por «conselheiro». Numa altura em que as pri-

meiras consultas de sexologia chegam ao contexto hospitalar de Lisboa, Porto e Coimbra, a imprensa feminina descreve com grande detalhe técnicas desenvolvidas por Master & Johnson, nos EUA. Desdramatizar, informar, educar, escutar, aconselhar e tratar a sexualidade são discursos que convergem no sentido de uma afirmação crescente da *cidadania íntima*.

PALAVRAS-CHAVE: sexologia; sexualidade; imprensa; cidadania; revolução

ABSTRACT

The article is a contribution to the reflection on the history of sexology (and sexuality) in Portugal during the period of transition from *Estado Novo* to democracy. What interest do the Portuguese media reveal immediately after the April 25, 1974, for the dissemination of a therapeutic vision of sexuality? Involved in the struggle for women's emancipation, the magazine *Modas & Bordados* (supplement of the newspaper *O Século*) is a pioneer in the scheduling of issues related to sexual and reproductive health and rights in the post-Carnation revolution. In 1975, sexual problems and sexual dysfunctions assumed great prominence in the magazine. It is argued that they should be treated by physicians (gynecologists and urologists), by psychologists or both, in combination. The figure of the sex therapist is then called a «counsellor». When the first sexology consultations are implemented in hospital context (Lisbon, Porto and Coimbra) the women's press describes in great detail techniques developed by Master & Johnson, in the USA. De-dramatize, inform, educate, listen, advise and treat sexuality are discourses that converge in the sense of a growing affirmation of intimate citizenship.

KEYWORDS: sexology; sexuality; press; citizenship; revolution

1. CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA DA SEXOLOGIA E DA SEXUALIDADE EM PORTUGAL

A afirmação da *ciência sexual* enquanto área de conhecimento remonta a finais do século XIX, na Alemanha. Iwan Bloch, conhecido como pai da sexologia, atribui o termo *sexualwissenschaft* ao estudo teórico-científico da sexualidade, tornando-se Berlim o centro de produção e de difusão deste conhecimento (ALARCÃO *et al.*, 2016a). Na capital alemã é criado o Instituto de Sexologia (em 1919), tem lugar o primeiro congresso (em 1921), e surge a Liga Mundial da Reforma Sexual (em 1928), fundada por Havelock Ellis, Magnus Hirschfeld e August Forel. A sua influência é posta em causa com a chegada ao poder do nacional-socialismo em 1933 (GIAMI, 2015). Entre os princípios defendidos pelo reformismo sexual estão a igualdade política, económica e sexual entre homens e mulheres; a secularização do casamento e do divórcio; a procriação consciente; o eugenismo; a defesa da mãe celibatária e do filho ilegítimo; a prevenção da prostituição e das doenças venéreas; a educação sexual e a despenalização das sexualidades «anormais» (CHAPERON, 2015).

A história da sexualidade e a história da sexologia (ou ciência sexual) em Portugal precisam ser investigadas. Existem estudos, escassos e dispersos, mas nenhum centro de investigação se dedica exclusivamente à sua pesquisa de forma contínua e estruturada. Um estudo recente sobre a prática profissional da sexologia no nosso país, desenvolvido com base em narrativas de sexólogos, ajudou a levantar, estruturar e discutir as figuras e os acontecimentos que marcaram a ciência sexual em Portugal, da década de 1960 em diante.¹

¹ Alarcão, V. A., Machado, F. L. & Giami, A. (2016). A construção da sexologia como profissão em Portugal: composição de um grupo profissional e tipos de sexólogos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (2), 629-640.

Acerca da primeira metade do século XX prolifera o desconhecimento. O projeto *História da Cultura Visual da Medicina em Portugal*, desenvolvido pelo Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), sob coordenação de António Fernando Cascais, contribuiu de forma relevante para o estudo da atenção dada à sexualidade no contexto médico, neste período, em Portugal. Recolheu e analisou mais de dez mil imagens produzidas no âmbito da medicina entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX no nosso país. O tema da sexualidade foi registado, sobretudo, em imagens relativas às problemáticas da violação, estupro, sodomia, hermafroditismo, intersexualidade, prostituição e sífilis, em espólios visuais relativos às especialidades da medicina legal, da psiquiatria forense, da urologia, da ginecologia e da chamada higiene social.

Em Portugal, no início do século XX, alguns médicos interessam-se pelo tema da sexualidade, nomeadamente Egas Moniz, considerado um dos precursores da ciência sexual no nosso país. O neurologista, que em 1901 é reconhecido com o Prémio Nobel da Medicina pela Academia Sueca, começa a dedicar-se ao estudo da sexualidade ainda na viragem do século XIX para o século XX. A sua tese de doutoramento, intitulada *A Vida Sexual I, Fisiologia*, defendida em 1901, é complementada com pesquisas posteriores a que chama *A Vida Sexual II, Patologia*. Reunidos numa só obra (*A Vida Sexual — Fisiologia e Patologia*), os estudos de Egas Moniz despertam grande interesse editorial. Entre 1913 e 1933 são publicadas dezanove edições. A partir de então, o Estado Novo limita a venda do livro ao contexto das farmácias e exige dos leitores interessados uma justificação para a sua consulta em bibliotecas (CORREIA, 2011). Outros nomes da medicina em Portugal, como Asdrúbal de Aguiar e Arlindo Camillo Monteiro, dedicam-se às questões da sexualidade nas primeiras décadas do século XX — o primeiro publica, em

1923, o livro *Sciência Sexual: Contribuições para o seu estudo*, com a chancela do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, e o segundo escreve *Amor Sáfico e Socrático*, em 1922.

Nas três primeiras décadas do século XX português, para além da medicina, outras áreas do saber abordam e discutem a intimidade afetivo-sexual. Jaime Brasil² é um dos nomes que então se entrega à compreensão e divulgação da sexualidade. No livro *A Questão Sexual* (1932) defende que, «nas sociedades ditas civilizadas», se assistia ao despertar de uma «revolução social» (ainda «nebulosa») que começava pelo sexo. À semelhança de outros seus contemporâneos, Jaime Brasil considera fundamental que seja dada formação aos especialistas sobre os diversos fenómenos da vida sexual, e que se esclareça a população em geral (nomeadamente os jovens) sobre questões fisiológicas e de funcionamento da sexualidade.

Êsse conhecimento, que hoje constitui uma ciência nova — a sexologia — é o único que as escolas não ministram. Não há um curso, uma cadeira dos institutos de cultura geral, onde se estudem os fenómenos vitais da espécie. A juventude toma, portanto, contacto com eles da forma mais grosseira e incompleta. Daí resulta uma considerável insuficiência em matéria de sexualismo entre pessoas medianamente cultas. Desde a anatomia elementar às reacções psíquicas, há quem ignore tudo. (...) Para ir reduzindo essa ameaçadora ignorância, mil vezes pior do que o analfabetismo — porque ao menos éste é confessado e evidente — importa fazer uma larga propaganda da educação sexual, pela palavra falada e escrita e pelo exemplo operante. Tal missão caberia aos médicos, se eles quisessem ser os condutores da regeneração moral e física da espécie. A maioria, porém, prefere a fácil tarefa

² Publica *O Problema Sexual* (1931), *A Questão Sexual* (1932), *Os Padres e a Questão Sexual* (1932), *Os Órgãos Sexuais* (1933) e *A União dos Sexos* (1933).

de remediar, não curando da pouco rendosa de prevenir. (BRASIL, 1932, pp. 7-8)

Jaime Brasil diz-nos que, no Portugal de então, é generalizada a ausência de informação sobre o tema. Para além de uns «anónimos folhetos, pretensamente divulgadores, que deslustram quem os lê mais do que ilustram», e da «única obra séria de carácter geral» — *A Vida Sexual* de Egas Moniz —, que peca por ter sido «escrita para homens de ciência», não haveria em Portugal mais «literatura» disponível sobre a sexualidade (BRASIL, 1932, p. 8). Vai ser em função deste panorama árido, inspirado pelas dúvidas e perguntas que lhe foram dirigidas por jovens³, que o jornalista decide escrever um segundo livro (*A Questão Sexual*). Pretende combater a única educação alegadamente existente no nosso país, a saber, aquela que era feita «com termos de calão, ditos equívocos, imagens obscenas e práticas ofensivas da dignidade humana» (BRASIL, 1932, p. 11).

Sabia, contudo, que já não sucedia assim, nos países em que a cultura científica penetra até às massas, por uma inteligente extensão universitária e por uma literatura didáctica, subscrita por nomes autorizados. Apressei-me, portanto, a reunir dados dispersos em livros pouco acessíveis à maioria dos meus jovens contemporâneos, desconhecedores de idiomas estrangeiros (...). Não terá, portanto, este livro nenhum carácter normativo, limitando-se a enunciar as questões e indicando sempre as fontes dos conceitos emitidos, para os que desejem estudar os problemas mais aprofundadamente. (BRASIL, 1932, p. 11)

Na Europa das décadas de 1940 e 1950, principalmente devido a razões políticas, a sexologia desaparece genericamente da paisagem

³ Após a publicação de *O Problema Sexual* e de uma palestra com o mesmo nome.

científica e militante (CHAPERON, 2015). Em território nacional, este período coincide com os ditos anos «cinzentos» do salazarismo, altura em que vinga a interdição de discursar sobre assuntos que o Estado e a Igreja concordam ser moralmente perturbadores da ordem pública e privada, nomeadamente os discursos sobre a intimidade afetivo-sexual. Livros como os de Jaime Brasil são proibidos pelo *lâpis azul*. Este clima desfavorável ao florescimento do interesse científico pela ciência sexual manter-se-á em Portugal, sem grande oposição, até finais da década de 1960 ou início da década de 1970.

2. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS QUE CHEGAM COM A REVOLUÇÃO DE 1974

Através da censura, o regime de Salazar tenta banir representações artísticas que remetam para uma perspetiva mais plural, igualitária e liberalizante das vivências do corpo, do erotismo, da sexualidade e do género. Corta, das fitas do cinema, cenas inspiradoras do desejo e do prazer sexual. Retira das prateleiras das livrarias as obras que abordam a sexualidade, alegando a importância de proteger a moral pública. Natália Correia diz-nos no prefácio da *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* que o poeta exercita a «verdade humana» contra uma «moral sexual» rebaixada no Portugal da época a uma autêntica «situação de esgoto» (FREIRE, 2017). Que linhas políticas orientam as vivências íntimas, afetivas e sexuais, dos/as cidadãos/ãs portugueses/as durante a ditadura? A Constituição e o Código Civil instituem a desigualdade estatutária de género, definindo a subordinação social (e conjugal) da mulher. A violência doméstica é tida como um assunto privado e tolerada no exercício disciplinador do chefe de família (WALL, 2011). A sexualidade recomendada é conjugal e procriadora. O *Código Civil* de 1966 determina que a falta de castidade da noiva é motivo para

anulação do casamento. Os filhos nascidos fora do matrimónio são ilegítimos. Até 1962⁴ tolera-se o prazer sexual masculino no recato das quatro paredes do bordel, com prostitutas sujeitas a inspeções médicas periódicas. O Estado incentiva à constituição de famílias numerosas. A contraceção é ilegalizada (lei n.º 32 171, de 1942). O aborto (autoinduzido por agulhas de croché e pés de salsa ou realizado por curiosas e parteiras) deixa um significativo rasto de morte ou sequelas: hemorragias, infeções e roturas uterinas (PACHECO, 2000). Apesar de a pílula chegar às farmácias portuguesas a partir de 1962, a sua prescrição é justificada para fins terapêuticos. Como lembra a ginecologista e obstetra Purificação Araújo, na relação entre médico e paciente não se falava da sexualidade: «Na minha consulta cheguei a ouvir algumas [mulheres] referirem-se ao ato sexual como o momento em que “os maridos se serviam delas”. (...) Só começou a melhorar com o maio de 68, mas duvido que em todas as classes.» (FREIRE, 2010, p. 219)

Com a chegada do 25 de abril de 1974, a intimidade afetiva e sexual é alvo de revisões políticas. Mudanças legislativas apontam no sentido da igualdade de género e do respeito por direitos sexuais e reprodutivos (PAIS, 1998; ALMEIDA *et al.*, 2001; ABOIM, 2006; POLICARPO, 2011; FREIRE, 2016). A Constituição da República de 1976 consagra «o direito à identidade pessoal, ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar» de todos os cidadãos (artigo 33). Estabelece o princípio jurídico universal da igualdade e da não discriminação em função do sexo. Atribui ao Estado a obrigação de desenvolvimento de uma rede nacional de assistência materno-infantil e da promoção do planeamento familiar,

⁴ O decreto-lei n.º 44 579 (de 19 de setembro de 1962) proíbe o exercício da prostituição, ordenando o encerramento pelas autoridades policiais de todas as casas toleradas.

das suas estruturas jurídicas e técnicas, que permitam o exercício de uma parentalidade consciente.

O Código Civil de 1976 revoga a anterior determinação que permitia anular o casamento em caso de falta de virgindade da noiva; liberta as cidadãs portuguesas da «natural» vocação para a domesticidade; atribui igualdade de direitos e deveres aos cônjuges, nomeadamente no que diz respeito à educação dos filhos; concede às mulheres autodeterminação em termos laborais, de mobilidade, de administração financeira dos próprios bens.

O tema da sexualidade, sujeito durante o Estado Novo a uma lógica de não dito (Foucault, 1994 [1976]), começa a rasgar silêncios em certas esferas públicas portuguesas no período de transição para a democracia. Afirma-se uma tendência para o debate e para a liberalização de certos temas em determinados contextos mediáticos. O erotismo, a pornografia, o divórcio, a sexualidade juvenil, a sexualidade pré-conjugal, a sexualidade feminina, a contraceção e o planeamento familiar ou o aborto chegam à agenda dos *media*, especialmente a publicações declaradamente defensoras da emancipação da mulher e, sobretudo, através de artigos escritos por jornalistas envolvidas na luta dos feminismos. Na imprensa portuguesa do pós-25 de abril de 1974 ecoam sinais de uma «nova» forma de entender a sexualidade: uma sexualidade dizível, discutível, que se educa, que se aprende, que se desfruta, e que se trata, quando disfuncional. Este panorama reflete uma revisão dos *scripts* sexuais (GAGNON & SIMON, 2005 [1973]), que se manifesta em esferas públicas de países como os EUA, França, Inglaterra, Alemanha e em muitos outros lugares do Ocidente, graças a contributos de sexologistas (como Alfred Kinsey e Masters & Johnson); graças às denúncias e reivindicações de ativistas (pelos direitos dos homossexuais e das mulheres); graças ao incremento de propostas de reflexão artística (musical, literária, cinematográfica) em torno do corpo e da sexualidade; graças à rebeldia e contestação de jovens em muitos países

do mundo e de movimentos de contracultura que reinterpretam o sentido das vivências da intimidade, clamando pelo direito a uma sexualidade para além da função reprodutiva, igualitária em termos de género, dentro e fora do contexto do casamento.

Ao longo das décadas de 1960 e de 1970, os textos legislativos em muitos países ocidentais são alvo de alterações radicais, em quadrantes que tocam na orientação sexual, na saúde reprodutiva e na igualdade de género. Uma nova cidadania — a cidadania da intimidade (PLUMMER, 2003) — começa a ganhar terreno. Se na primeira metade do século XX a perspetiva essencialista dominava os quadros científicos, colocando o sexo no domínio do natural, do biológico e do fisiológico, daí em diante ganham projeção e fundamento visões que alertam para outros elementos constitutivos da nossa vida sexual. Haveria afinal no nosso desejo menos impulsividade e mais cultura? Estaria o nosso prazer carregado de códigos sociais? Especialistas da biologia, da psicologia, da sociologia, da antropologia e da filosofia (entre eles Alfred Kinsey, Margaret Mead, Ira Reiss, Gagnon e Simon, Michel Foucault, Gilberto Freyre, Jeffrey Weeks, Ken Plummer, Simone de Beauvoir) contribuíram determinadamente para destacar esta dimensão histórica e socialmente construída da sexualidade.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DE CONSULTAS DE SEXOLOGIA PÓS-REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Francisco Allen Gomes é frequentemente apontado como o primeiro psiquiatra a criar uma consulta de sexologia em Portugal. Numa entrevista que me concedeu em janeiro de 2015, relembra o contexto de formação deste serviço clínico, que ganha corpo em 1975, no Hospital Universitário de Coimbra. O médico Manuel Lousã Henriques aponta-lhe (em 1972) o vazio terapêutico para os problemas da sexualidade no nosso país: «O maior pavor que um psiquiatra

tem é que lhe chegue um doente e lhe ponha um problema sexual, porque não faz a mínima ideia do que lhe há de responder. Tenho aqui um livro (*A Incompetência Sexual*, de Master & Johnson) que folhee a correr, mas que é capaz de ser interessante.» A conversa acentua em Allen Gomes o interesse pela sexologia clínica. Assistente de psiquiatria, junta-se a Maria Fernanda Mendes (monitora de psiquiatria), para — juntos — começarem a adaptar o protocolo de Masters & Johnson no Hospital Universitário de Coimbra, pouco tempo antes da Revolução do 25 de Abril de 1974. «Atirámo-nos para a frente com dois casos: o primeiro era de um rapaz e de uma rapariga que não viviam juntos e o segundo era de um casal muito jovem. Tínhamos entrevistas diárias (gravadas). A seguir reproduzíamos a entrevista e íamos tirando notas: “Falei aqui de mais, falei aqui de menos, aqui devias ter sido tu”.» Em 1975, um professor da ginecologia pede à psiquiatria do Hospital Universitário de Coimbra um colaborador para uma consulta de apoio ao planeamento familiar e a problemas de sexualidade. O *timing* era perfeito. Allen Gomes oferece-se e cria-se uma consulta inicialmente chamada de *Apoio Psicológico*, mas que muda de nome para *Consulta de Ginecologia Psicossomática e Sexologia*. Maria Fernanda Mendes lembra que o protocolo de Masters & Johnson referia ser fundamental a existência de uma equipa mista de terapeutas (masculino e feminino) para tratar um casal. Na entrevista que me cedeu, publicada no *site* da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica (a 5 de agosto de 2017) defende que, naquela época, em Portugal, era enorme a ignorância de tudo o que dizia respeito à sexualidade. Que raras mulheres conheciam os seus genitais e que parte fundamental da consulta era dar a conhecer o papel do clitóris no prazer e no orgasmo feminino.⁵ Em 1976, é organizado um seminário sobre sexualidade, com

⁵ FREIRE, I. (2017) — *Uma mulher pioneira no desempenho da terapia sexual em Portugal*. Website da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica. Acedida a 26

grande sucesso, na Universidade de Coimbra, e três anos depois são publicados os resultados das primeiras cento e cinquenta mulheres observadas na consulta.

Em 1976, os alunos do 6.º ano médico [da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra] pedem na ginecologia — repare que não o fazem na psiquiatria! —, ao Professor Carlos de Oliveira, um seminário sobre problemas da sexualidade. E o Carlos de Oliveira organizou comigo um seminário. O êxito foi tão grande, que a partir daí, com autorização do conselho científico, havia anualmente um curso de introdução à sexologia médica destinado ao 6.º ano, mas de porta aberta. Os cursos eram à noite, na anatomia normal, a sala que levava mais gente. Era tanta gente que as pessoas vinham pelos corredores abaixo, e outras ficavam à entrada... não cabia mais ninguém! Brutal. Isso durante 15 dias no mês de Maio. Segunda, terça, quarta e quinta, às 21h30. Íamos de máquina de *slides*. Eram 12 a 14 sessões. As presenças davam um certificado aos alunos. O curso terá acabado por volta do ano de 1986. (Excerto de entrevista que me foi cedida por Allen Gomes, em janeiro de 2015)

Os psiquiatras Silveira Nunes, António Pacheco Palha e Afonso de Albuquerque também criaram consultas de sexologia clínica no período de transição para a democracia. Silveira Nunes começa a interessar-se pela sexologia em 1963, quando diagnostica um caso de transexualidade (MARTINS, 2010). Entre 1972 e 1974, vai para Inglaterra, faz um estágio no Maudsley Hospital, «e influenciado pelas leituras de Masters & Johnson diversifica o seu trabalho na terapia de fobias por métodos comportamentais com o tratamento de

de outubro de 2019, em <http://spsc.pt/index.php/2017/08/05/uma-mulher-pioneira-no-desempenho-da-terapia-sexual-em-portugal/>.

casos sexológicos» (MARTINS, 2010). *Regressado a Portugal*, cria em 1975 a consulta de sexologia no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

António Pacheco Palha inicia a *Consulta Psicossomática e Aconselhamento Sexual* no serviço de psiquiatria do Hospital de São João, no Porto, também em 1975 (MARTINS, 2010). E Afonso de Albuquerque — que faz o internato de psiquiatria no Serviço Nacional de Saúde inglês, e estagia no Waneford Hospital sob supervisão de John Bancroft — quando regressa a Portugal, começa no Hospital Júlio de Matos (ainda em 1971) um trabalho sobre a homossexualidade (MARTINS, 2010). Motivos diversos levam à sua interrupção, e será em 1977 que é criada neste hospital uma consulta de terapia sexual (MARTINS, 2010).

Em Portugal, na década de 1980, é ainda muito significativa a dispersão e a falta de comunicação entre os profissionais dos diversos campos da sexologia. Com vista a promover a coesão e o diálogo, organiza-se em Lisboa, em 1984, o I Congresso Nacional de Sexologia, encontro multidisciplinar que reúne médicos e psicoterapeutas, mas também juristas, antropólogos, escritores, artistas, e na sequência do qual se forma a Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica⁶, com o intuito de «promover a divulgação de conhecimentos científicos no campo da sexologia e o agrupamento dos técnicos».

4. O AGENDAMENTO DE UMA VISÃO TERAPÊUTICA DA SEXUALIDADE NA ESFERA MEDIÁTICA

Que sinais dão os *media* portugueses de uma nova sensibilidade para o tratamento clínico de problemáticas da sexualidade, em Portugal, no período de transição da ditadura para a democra-

⁶ Constitui-se em *Diário da República*, a 23 de setembro de 1985, III Série, n.º 219.

cia? Que discursos veiculam uma visão terapêutica da sexualidade? Em que publicações são divulgados? Que problemáticas e técnicas invocam?

A pesquisa de doutoramento que desenvolvi no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, intitulada *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, permitiu-me recolher e analisar discursos sobre sexualidade e sexologia em quatro publicações: *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina*. Na amostra que reúne 1 570 peças/artigos (publicadas em mais de mil edições, escrutinadas nos anos de 1968, 1973, 1974, 1975, 1976 e 1978), a sexualidade feminina constitui o âmbito de maior relevância no agendamento da intimidade afetiva e sexual, reunindo uma vasta teia de assuntos que transitam em seu torno. Sexualidade pré-conjugal, prazer sexual, contraceção, planeamento familiar, parto hospitalar assistido (em concreto o parto sem dor), maternidade desenquadrada do casamento e aborto são assuntos com significativa expressão no computo geral das cerca de setenta categorias temáticas escrutinadas. Erotismo e pornografia são também temas muito agendados, e em muitas circunstâncias com grande exposição. O assunto do divórcio é muito recorrente logo depois da Revolução, mas por curto período, uma vez que a Concordata é revista em 1975, devolvendo aos casais unidos pela Igreja um direito que lhes havia sido retirado durante o Estado Novo. Finalmente, outro tema com grande projeção e debate é o da emancipação feminina e dos feminismos.

E que prevalência e relevância tem a visão terapêutica da sexualidade (médica e psicológica) no conteúdo das quatro publicações analisadas entre 1968 e 1978? Esta abordagem clínica da sexualidade regista vinte e nove ocorrências (2% do total da amostra), e agrega quatro subcategorias temáticas: *Sexologia/sexólogo/terapia sexual* (nove registos); *Disfunções sexuais masculinas* (sete artigos); *Disfunções sexuais femininas* (quinze ocorrências) e *Infeções sexualmente transmissíveis* (sete peças).

Modas & Bordados, suplemento feminino do jornal *O Século*, dirigido a partir de 1975 pela feminista Maria Antónia Fiadeiro, é entre as quatro publicações analisadas a que mais agenda o assunto de uma visão terapêutica da sexualidade. Trata o tema em dezanove artigos. O *Expresso* aborda o assunto em cinco peças, a *Crónica Feminina* em três, e o *Diário de Lisboa* regista duas ocorrências. É, portanto, a imprensa feminina envolvida na luta pela emancipação da mulher que revela maior atenção e interesse por uma tendência de afirmação do campo profissional da sexologia. Nos três primeiros anos analisados — 1968, 1973 e 1974 — não existe qualquer menção nos artigos da amostra a assuntos como o da *Sexologia/sexólogo/terapia sexual*. O vazio de agendamento espelha a nulidade de ofertas clínicas terapêuticas. Em Portugal, as primeiras consultas de sexologia aparecem a partir de 1975 tal como os primeiros artigos.

Os dois artigos mais enfáticos de uma sexualidade que se diagnostica disfuncional e que se trata através de uma sexologia clínica em desenvolvimento, foram ambos importados dos EUA (assinados por Katrina Petersen). Publicados em 1976, na revista *Modas & Bordados*, abordam «Problemas de sexo». Na imprensa analisada são as peças mais vanguardistas na abordagem terapêutica da sexualidade. O primeiro artigo trata o tema das disfunções sexuais (femininas e masculinas), nomeadamente o vaginismo, a «impotência» e a «ejaculação prematura». Neste artigo sublinha-se que, em certos casos, a resolução dos problemas sexuais passa pelo conhecimento da fisiologia feminina/masculina, pelo combate ao medo da sexualidade e pela aceitação natural do prazer (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3335). Acerca da «ejaculação prematura» escreve-se que é «um dos problemas sexuais mais vulgares nos homens» e que é «um dos mais frustrantes para as suas companheiras», muito embora, «na maioria dos casos», seja um problema psicológico, que não é difícil de curar:

(...) é comum encontrar-se entre as origens da ejaculação precoce um sentimento de culpa que leva o homem a «acabar depressa»; também é vulgar isto acontecer por ansiedade, por excesso de tensão ou, às vezes, por desgosto da companheira. Muitos homens que têm este problema confessam que se sentem tensos todo o tempo. (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3335, p. 11)

Ao longo do artigo são usados termos como pénis, testículos, ejaculação, orgasmo, que a censura teria banido da «literatura» mediática durante o Estado Novo. Além disso, são descritas — em detalhe — técnicas terapêuticas para combater problemas de diversa ordem, nomeadamente a ejaculação precoce e a disfunção erétil:

Se o homem tem um bom relacionamento com a sua companheira e se esta é colaborante, há uma técnica que tem resultado que é a da pressão, de Masters e Johnson. Basicamente, esta técnica consiste em a mulher pressionar muito ligeiramente a base dos testículos masculinos antes da ejaculação. Isto tem como efeito retardar o clímax. Outra forma de terapia comum hoje em dia é ajudar o homem a concentrar a sua atenção nas sensações que experimenta antes do orgasmo. Tem de aprender a ignorar as necessidades da sua companheira e a não se deixar distrair por elas. Esta deve estimulá-lo exactamente até à ejaculação, e depois parar. Depois, voltar a estimulá-lo, até que ele dê sinais de estar a atingir o clímax. Repetindo esta técnica durante semanas, o homem vai ficando gradualmente menos sensível e já é capaz de deixar-se estimular durante períodos cada vez mais longos sem ejacular. (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3335, p. 12)

A técnica terapêutica usada [para combater o problema da «impotência»] é idêntica à que se utiliza para a perda de interesse sexual. Primeiramente, o casal é ensinado a massajar-se

mutuamente de maneira «não sexual», mas «sensual». Quando o homem atinge a descontração nestas circunstâncias pode passar à etapa seguinte, em que o casal se estimula mutuamente de modo sexual. Não se põe grande ênfase sobre a necessidade de excitar-se ou de atingir o clímax; o casal é apenas encorajado a gozar as sensações sexuais. Uma vez posta de parte a necessidade de «acabar», a maior parte das vezes o homem perde o medo de falhar e só isto pode ser bastante para conseguir ficar em erecção. (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3335, p. 10)

Cerca de quatro meses depois da publicação deste primeiro artigo, a *Modas & Bordados* regressa ao tema das disfunções sexuais, publicando o segundo texto da mesma autora norte-americana, também com o mesmo título. Nesta segunda edição de «Problemas de sexo» (1976, n.º 3349) refere a existência nos EUA de uma sensibilidade crescente para a necessidade de conhecer a sexualidade humana e para a importância das disfunções serem tratadas por médicos (ginecologistas e urologistas), por psicólogos ou de forma combinada: «Quanto mais se sabe de sexo, quanto mais clínicas de terapia sexual abrem, mais evidente se torna que os problemas sexuais podem levar à infelicidade e à humilhação» (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349). Apresenta-se no artigo a figura do terapeuta sexual, então designado por «conselheiro». Evidenciam-se também os efeitos da ignorância sexual para a felicidade do casal, exigindo muitas vezes do «conselheiro» um simples trabalho de esclarecimento:

Às vezes basta explicar que, em amor, não há apenas uma posição. Basta explicar que há sentimentos e comportamentos que se crê serem errados ou pervertidos e que devem apenas ser olhados como uma parte da expressão sexual. Se nunca explicarmos a uma mulher que os seios são uma zona erótica, ela pode levar

anos e anos a sentir um sentimento de culpa de cada vez que o marido lhos beija ou acaricia. (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349)

Masters & Johnson são novamente citados, bem como as suas propostas terapêuticas descritas:

(...) O casal tenta excitar-se mutuamente sem ter relações. Isto afasta a urgência de «acabar» numa situação de sexo. Enquanto está a ser estimulada e acariciada, a companheira que nunca sentira antes prazer sexual é encorajada a concentrar-se nos seus sentimentos e a esquecer os sentimentos do seu parceiro ou quaisquer outras coisas que a distraiam e a esquecer completamente que tem de atingir o orgasmo. Como não se lhe pede nada, como não vai ter relações e não tem de atingir o orgasmo, é frequente que a mulher o atinja pela primeira vez na sua vida. Muitas mulheres descobriram que só quando o conselheiro proibia a relação é que elas conseguiam ter calma suficiente para atingir o orgasmo. (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349)

Clítoris, masturbação e preliminares são termos usados no artigo, muito embora os últimos sejam designados por «preparação para o acto sexual» (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349), demonstrando que o coito era entendido como finalidade última da relação. Neste artigo publicado pela *Modas & Bordados* está também patente uma visão modelar que valoriza a sexualidade da mulher, distanciando-a dos papéis de passividade, abnegação e entrega, que lhe eram atribuídos reiteradamente em discursos promovidos durante o Estado Novo. Das mulheres diz-se esperar agora uma atitude de desinibição, «despudorização», de busca, proposta e iniciativa (FREIRE, 2016): «(...) vão longe os tempos em que a mulher fechava os olhos e “fazia a sua obrigação”; vão longe os tempos em que ela se contentava com dar “prazer” ao marido» (*Modas & Bordados* 1976, n.º 3349,

p. 43). Defende-se também nesta peça da *Modas & Bordados* uma visão menos convencional da sexualidade masculina heterossexual, atribuindo ao homem maior sensibilidade e expressão emocional na relação: «(...) vão ficando longe os dias em que a virilidade se media pelo tamanho do pênis», o que se pretende é que os homens percebam «que a ternura não é mariquice» (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349), e que não há interdições *a priori* na pesquisa e experimentação no *plateaux* conjugal sexual. «Também é frequente vermos os homens terem receio de ser eróticos ou de agirem naturalmente com as suas mulheres, só porque “não se fazem essas coisas com uma mulher séria”» (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349). Neste artigo é central o incentivo do par à busca dialógica da sensualidade, à troca de carícias, ao reconhecimento corporal, à conquista partilhada do prazer. E esta é uma «pedagogia» que se reconhece como sendo própria das terapias com os «conselheiros», que visam «rasgar linhas de comunicação, fornecer conhecimentos sexuais básicos e ajudar a pessoa a procurar e encontrar os obstáculos psicológicos que se opõem à sua satisfação sexual» (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349, p. 43).

Desdramatizar, informar, educar, escutar e aconselhar são novos verbos para conjugar a sexualidade, invocados em ambos os artigos importados da imprensa norte-americana e publicados numa revista portuguesa envolvida na defesa dos direitos da mulher e da legitimação social e cultural da sua sexualidade. Contraria-se o tabu, desculpabiliza-se o prazer sexual, «naturaliza-se» ou normaliza-se a vida sexual, medicalizam-se/psicologizam-se os problemas e/ou disfunções e aconselha-se ao seu tratamento. No artigo «Problemas de sexo» (1976, n.º 3349) escreve-se: «Foi Freud quem começou a falar disso, Kinsey levou a coisa um pouco mais longe. Mas, depois de Masters e de Johnson, não resta a menor dúvida — há uma grande quantidade de pessoas que precisam de ajuda para resolver os seus problemas sexuais» (*Modas & Bordados*, 1976, n.º 3349, p. 43).

O assunto das dificuldades, problemas, disfunções e possibilidades da terapia sexual foram também agendados na *Modas & Bordados*, por iniciativa das leitoras, em cartas enviadas à redação (secção «Correio do Coração»), em alguns casos antes ainda da Revolução de Abril de 1974. Camila (pseudónimo da jornalista Susana Ruth Vasquez) responde neste espaço editorial às leitoras, que expõem problemas afetivos, sexuais, relacionais. «Amo muito o meu marido e ele também me ama, mas não nos entendemos fisicamente. Acha que isso pode diminuir ou arrefecer o nosso amor? Já pensei em consultar um médico, uma vez que se fala tanto nas revistas estrangeiras desse assunto. Mas serão coisas que se aprendam? O que acha que devo fazer?» (*Modas & Bordados*, 1974, n.º 3243). Apesar de, à data, ainda não haver oferta de tratamento especializado nos serviços de saúde públicos, Camila recomenda a procura de um clínico, «psicólogo ou psiquiatra» (*Modas & Bordados*, 1974, n.º 3243), e deixa a pista de que o problema sexual terá tido origem na infância. Na mesma secção, que passa a designar-se, em 1975, por «Cartas de Amor», há outra exposição que merece destaque. Uma leitora relata que se preparou devidamente para o «amor sexual», lendo Masters & Johnson, e outros livros de sexologia, antes do casamento. Apesar da informação, confessa que nunca atingiu o orgasmo e receando que o marido «dê por isso» e «se volte» «para uma mulher mais completa, menos frígida», pede ajuda (*Modas & Bordados*, 1975, n.º 3288). Camila aconselha a leitora a consultar um ginecologista ou um psiquiatra, uma vez que o problema pode ser fisiológico, psicológico ou ambos. Informa da existência de uma consulta de ginecologia psicossomática no Hospital de Santa Maria (a que foi criada e dirigida pelo psiquiatra Silveira Nunes), mas tranquiliza a leitora com o argumento de que estes são problemas muitas vezes resolúveis através do «diálogo franco a caminho da aprendizagem mútua» entre marido e mulher.

Nas cartas citadas encontramos uma preocupação feminina com a relação interpessoal sexual. Para as suas autoras, já conta o prazer sexual de cada um na relação e o entendimento sexual de ambos (FREIRE, 2016).

Na peça «À margem do Correio Sentimental», publicada na *Crónica Feminina* (1976, n.º 1007), reflete-se de forma genérica sobre os problemas íntimos expostos pelas leitoras nas revistas femininas, concluindo-se que a nova tendência é de ousar falar deles e de resolvê-los.

Ao lerem-se as secções Correio Sentimental (...) nas revistas femininas, e após uma análise constante, chega-se à certeza de que frequentemente essas cartas (...) abordam problemas de sexo, comportamento estritamente conjugal, amores marginais, etc. (...) Ora, a frigidez é o caso mais vulgar, não porque seja actualmente mais frequente que no passado; o que certamente significa, é que as mulheres de agora ousam muito mais facilmente falar destes assuntos e, sobretudo, porque a sua atitude evoluiu. (...) Enquanto o excesso de sensualidade podia outrora aparecer como chocante ou anormal (...) actualmente é a falta de sexualidade que é considerada como uma anomalia ou deficiência. (*Crónica Feminina*, 1976, n.º 1007)

5. NOTAS CONCLUSIVAS

Os avanços na psicologização e medicalização da sexualidade ocorridos nas últimas décadas levaram a que os problemas com a sexualidade tenham deixado de ser essencialmente entendidos como questões morais, passando a ser interpretados como questões de comportamento responsável e de bem-estar individual e social (BOZON, 2006). A sexualidade devém uma experiência interpessoal

indispensável. A questão do prazer e do orgasmo (principalmente feminino), bem como a questão do funcionamento e da interação conjugal, tornam-se objeto fundamental da sexologia contemporânea em meados do século XX, com Kinsey e Masters & Johnson (BOZON, 2006).

Pela nossa análise dos *media* em Portugal entre 1968 e 1978, verificamos uma aproximação da sexualidade a esta dimensão terapêutica (de medicalização e psicologização), muito embora ela se revele sobretudo na imprensa feminina tendencialmente preocupada com a emancipação da mulher. Nas restantes publicações analisadas (*Expresso*, *Diário de Lisboa* e *Crónica Feminina*) pouco se abordam os problemas e disfunções da sexualidade, bem como soluções clínicas para a sua resolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em Mudança*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Alarcão, V. A., Machado, F. L. & Giami, A. (2016). A construção da sexologia como profissão em Portugal: composição de um grupo profissional e tipos de sexólogos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (2), 629-640. doi: 10.1590/1413-81232015212.11112015.
- Alarcão, V. A., Machado, F. L. & Giami, A. (2016a). Emergência e institucionalização da sexologia em Portugal: processos, atores e especificidades. *Cadernos Saúde Pública*, 32 (8), doi: 10.1590/0102-311X00036215.
- Almeida, A. N. & Wall, K. (2001). Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança. In J. M. Brandão de Brito (coord.), *O País em Revolução* (277-309). Lisboa: Editorial Notícias.
- Bozon, M. (2006). Libération sexuelle ou déplacement des controles? Discours, normes et conduites. In E. Dorin & Éric Fassin (dir.), *Genres & Sexualités* (145-160). Paris: Bibliothèque Centre Pompidou.
- Brasil, J. (1932). *A Questão Sexual*. Lisboa: Nunes de Carvalho.
- Cascais, F. A. (2013). *Olhares sobre a História da Cultura Visual da Medicina em Portugal*. Lisboa: UnLeYa.
- Chaperon, S. (2015). La renaissance de la sexologie française à la fin des années 1950: les prémisses de la révolution sexuelle? In A. Giami & Gert Hekma (dir.), *Révolutions Sexuelles* (113-117). Paris: La Musardine.

- Correia, M. (2011). *Egas Moniz: representação, saber e poder*. Dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras — Universidade de Lisboa, Portugal.
- Foucault, M. (1994 [1976]). *História da Sexualidade — I: A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Freire, I. (2010). *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Freire, I. (2016). *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*. Dissertação de doutoramento em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais — Universidade de Lisboa, Portugal.
- Freire, I. (2017). *Lugares d'Infância*. In Alfarro, Catarina (Coord.), Paula Rego: *Histórias & Segredos* (12-20). Cascais: Fundação D. Luís I: Casa das Histórias Paula Rego. ISBN 978-972-8986-89-6.
- Gagnon, J. & William S. (2005 [1973]). *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality* (2.^a ed.). Nova Jérícia: Aldine Transaction.
- Giami, A. & Gert, H. (dir.) (2015). *Révolutions Sexuelles*. Paris: La Musardine.
- Martins, S. (2010). Emergência e génese da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica — um contributo e um testemunho. *Acta Portuguesa de Sexologia*, 5 (1).
- Pacheco, J. (2000). *O Sexo Por Cá*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pais, J. M. (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Plummer, K. (2003). *Intimate Citizenship: Private Decisions and Public Dialogues*. Seattle: University of Washington Press.
- Policarpo, V. (2011). *Indivíduo e sexualidade: a construção social da experiência sexual*. Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais, com especialização em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais — Universidade de Lisboa, Portugal.
- Wall, K. (2011). A intervenção do Estado: políticas públicas de família. In A. Nunes de Almeida (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias* (340-374). Lisboa: Círculo de Leitores.

Wilkinson, I. & Kleinman, A. (2016). *A Passion for Society. How we Think about Human Suffering*. Oakland: University of California Press

World inequality lab (2018). *World Inequality Report, 2018*. Acedido a 18 de novembro de 2019, em <http://wir2018.wid.world>

COORDENADOR
MANUEL QUARTILHO

COLABORADORES

Amélia Augusto — Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, Covilhã (CIES-IUL).

Ana Roque Dantas — Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

António Ferreira de Macedo — Professor Catedrático. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Anselmo Borges — Professor Auxiliar Jubilado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Carlos Braz Saraiva — Professor Auxiliar com Agregação Aposentado. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Elsa Lechner — Investigadora Principal. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Francisco Alte da Veiga — Professor Auxiliar Aposentado. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Helena Nogueira — Professora Auxiliar. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Isabel Freire — Investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

José Morgado Pereira — Investigador. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

Luís Quintais — Professor Auxiliar. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Luísa Sales — Investigadora Principal. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Manuel Quartilho — Professor Auxiliar. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Marco Pereira — Investigador Auxiliar do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-comportamental (CINEIC). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Monteiro-Ferreira — Assistente Hospitalar. Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.

Neuza Silva — Investigadora de Pós-Doutoramento do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEIC). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Paula Gil — Professora Auxiliar Convidada. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pedro Góis — Professor Auxiliar. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Renato Miguel do Carmo — Professor Auxiliar. Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa.

Rita Alcaire — Investigadora (Bolseira). Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Tiago Pires Marques — Investigador. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Vítor Santos — Assistente Hospitalar. Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.

PSIQUIATRIA SOCIAL E CULTURAL

Este livro exprime uma vontade de diálogo e de serviço à comunidade a partir do contributo interdisciplinar do corpo docente do Mestrado em Psiquiatria Social e Cultural da FMUC. Os diferentes textos guardam uma relação com a psiquiatria, a partir de espaços teóricos intrínsecos ou extrínsecos à disciplina, demonstrando que não existe saúde sem saúde mental, e que não existe saúde mental sem os contextos sociais e culturais que a determinam. A partir de uma área do conhecimento tão híbrida como a psiquiatria social e cultural, são abordados temas variados, com contributos não apenas da psiquiatria, mas também da psicologia, sociologia, sexologia, antropologia e teologia. Estes temas relacionam-se direta ou indiretamente com a saúde individual e coletiva, valorizando as dimensões psicológicas, sociais e culturais do mal-estar e do sofrimento.

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

